



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
EDITAL Nº 001/2016
DATA DA PROVA: 01/05/2016

EMPREGO:
ADVOGADO
(NÍVEL SUPERIOR)

Conhecimentos Gerais: Questões 01 a 06; **Língua Portuguesa:** Questões 07 a 16;
Matemática: Questões 17 a 24; **Conhecimentos Específicos:** Questões 25 a 40.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

| | |
|----|---|
| 1 | Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões. |
| 2 | A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta. |
| 3 | Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta. |
| 4 | O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários. |
| 5 | Este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d). |
| 6 | Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta. |
| 7 | Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal. |
| 8 | Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta. |
| 9 | Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta. |
| 10 | Assine o cartão-resposta no local indicado. |
| 11 | Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura. |
| 12 | Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova. |
| 13 | O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas. |
| 14 | É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta. |

Identificação do candidato

| Nome (em letra de forma) | Nº do Documento |
|--------------------------|-----------------|
| | |

QUESTÕES 01 A 06 - CONHECIMENTOS GERAIS

01. A União Soviética foi um corpo político multinacional, de ideologia socialista, que existiu durante boa parte do século XX. A sua dissolução, na última década do século passado, deu origem a diversos novos países independentes. Assinale a alternativa que indica alguns desses países:

- a) Iraque, Afeganistão, Irã e Síria.
 - b) Indonésia, Malásia e Sri Lanka.
 - c) Grécia, Itália, Macedônia e Portugal.
 - d) Rússia, Ucrânia, Geórgia e Armênia.
-

02. O conceito de globalização diz respeito a um processo histórico de crescente interação e integração entre povos, governos e empresas. A aceleração desse processo é resultante do avanço de um sistema capitalista mundial, especialmente a partir da Revolução Industrial, no século XVIII. Todavia, as origens históricas mais remotas desse processo podem ser encontradas também na:

- a) Decadência do Império Romano, no contexto das chamadas “invasões bárbaras”.
 - b) Organização social e econômica típica do feudalismo europeu.
 - c) Idade Média europeia, caracterizada pela intensa atividade marítima comercial.
 - d) Expansão marítima e comercial portuguesa, a partir do século XV.
-

03. A história política dos Estados Unidos da América é polarizada, desde meados do século XIX, entre dois partidos majoritários. Assinale a alternativa que indica o nome desses dois partidos:

- a) Liberal e Conservador.
 - b) Parlamentar e Federativo.
 - c) Republicano e Democrata.
 - d) Unitário e Confederado.
-

04. A Educação é definida pela Constituição brasileira como direito de todos e dever do Estado e da família. Segundo a mesma Lei, os principais objetivos da Educação devem ser:

- a) A formação teórica científica, a militância política e a perpetuação das desigualdades.
- b) O desenvolvimento individual, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.
- c) A proteção ao meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a subserviência política.
- d) O desenvolvimento científico e tecnológico para a redução do trabalho e do sofrimento humano.

05. O território da Faixa de Gaza, na Palestina, é governado atualmente por uma organização considerada terrorista por diversos países, sobretudo devido às suas iniciativas de resistência armada contra o Estado de Israel. Qual é o nome dessa organização palestina?

- a) Hamas.
 - b) Al-Qaeda.
 - c) Talibã.
 - d) Hezbollah.
-

06. Segundo a legislação vigente, o Brasil é atualmente um Estado Democrático. As origens da democracia remontam à Antiguidade Clássica, particularmente a uma determinada cidade-estado grega. Assinale a alternativa que indica o nome dessa cidade.

- a) Atenas.
- b) Corinto.
- c) Esparta.
- d) Tebas.

QUESTÕES 07 A 16 - LÍNGUA PORTUGUESA

07. Assinale a única alternativa abaixo que apresenta uma oração subordinada adverbial com relação temporal.

- a) Receberam ontem a merecida premiação.
 - b) Quando chegou, não havia mais ninguém à sua espera.
 - c) O equipamento foi consertado semana passada.
 - d) As tempestades têm se intensificado cada vez mais no Brasil.
-

ATENÇÃO: As questões 8, 9 e 10 referem-se ao texto abaixo:

Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida Nietzsche

A mais ínfima felicidade, quando está sempre presente e nos torna felizes, é incomparavelmente superior a maior de todas, que só se produz de maneira episódica, como uma espécie de capricho, como uma inspiração insensata, em meio a uma vida que é dor, avidez e privação. Tanto na menor como na maior felicidade, porém, há sempre algo que faz que a felicidade seja uma felicidade: a faculdade de esquecer, ou melhor, em palavras mais eruditas, a faculdade de sentir as coisas, durante todo o tempo que dura a felicidade, fora de qualquer perspectiva histórica. Aquele que não sabe instalar-se no limiar do instante, esquecendo todo o passado, aquele que não sabe, como uma deusa da

vitória, colocar-se de pé uma vez sequer, sem medo e sem vertigem, este não saberá jamais o que é a felicidade, e o que é ainda pior: ele jamais estará em condições de tornar os outros felizes. É possível viver, e mesmo viver feliz, quase sem lembrança, como o demonstra o animal; mas é absolutamente impossível ser feliz sem esquecimento.

(F. W. Nietzsche. II Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida. In: Escritos sobre história. Texto adaptado. São Paulo: Loyola, 2005. p. 72-3)

08. De acordo com o pensamento do filósofo Nietzsche, expresso no texto, é possível inferir sobre a felicidade que:

- a) O não desprendimento das lembranças dos momentos dolorosos da vida é um impedimento à felicidade.
- b) Trata-se de uma utopia, não possível, portanto, na experiência humana.
- c) É sentimento baseado na história de vida do indivíduo.
- d) Nada tem a ver com a experiência do ser humano, pois, conforme o próprio texto, a felicidade é “uma espécie de capricho, como uma inspiração insensata, em meio a uma vida que é dor, avidez e privação”.

09. Acerca do texto lido, considera-se que todas as alternativas abaixo estão incorretas, exceto:

- a) Trata-se predominantemente de um texto descritivo, pois descreve sentimentos humanos.
- b) Trata-se predominantemente de um texto instrucional, que visa instruir as pessoas a respeito da felicidade.
- c) Trata-se de um texto argumentativo, que aborda um tema, explorando uma tese através de argumentos.
- d) Trata-se de um texto narrativo, visto que conta às pessoas acerca da felicidade.

10. Na frase encontrada no texto: “Tanto na menor como na maior felicidade, porém, há sempre algo que faz que a felicidade seja uma felicidade”, pode-se afirmar que:

- a) A palavra “porém” deve ser classificada como uma preposição apositiva.
- b) A palavra “porém” deve ser classificada como uma conjunção adversativa.
- c) A palavra “porém” deve ser classificada como uma preposição denotativa.
- d) A palavra “porém” deve ser classificada como uma conjunção explicativa.

11. Com relação à regência verbal, assinale abaixo a única alternativa que apresenta Verbo Transitivo Indireto.

- a) Depois da confusão ela, triste, saiu.
- b) Gostaríamos de notícias boas, apenas.
- c) Amamos toda atitude fraternal.
- d) Assistiu o enfermo cuidadosamente.

12. Os pronomes, em língua portuguesa, são largamente utilizados na linguagem, sobretudo na escrita, para substituir outros termos presentes no texto, evitando assim a repetição imprópria de palavras. Nesse sentido, analise o recorte de texto a seguir:

“Depois de passar alguns dias na cadeia – onde se tornou popular entre os presos pelo seu hábito de tirar cigarros acesos detrás de suas orelhas – o mágico foi posto em liberdade por falta de provas.”
Luis Fernando Veríssimo. O nariz & outras crônicas. São Paulo: Ática, 1994. [adaptado].

Assinale a alternativa correta:

- a) “Seu” pode ser classificado como um pronome demonstrativo.
- b) “Suas” pode ser classificado como um pronome possessivo e refere-se, sem dúvida alguma, às orelhas do mágico.
- c) O uso do pronome “seu” (seu hábito) gera uma ambiguidade no texto.
- d) O uso do pronome “suas” (suas orelhas) gera uma ambiguidade no texto.

13. Analise a frase abaixo e responda acertadamente:

“Mudança climática ameaça ursos polares.”

- a) O termo “Ursos polares” é o sujeito da oração.
- b) A palavra “mudança” é uma flexão do verbo mudar.
- c) O termo “mudança climática” é o sujeito da oração.
- d) O termo “mudança climática ameaça” é o predicado da oração e “ursos” é o sujeito.

ATENÇÃO:

O texto a seguir refere-se às questões 14, 15 e 16.

OS JOVENS E OS DILEMAS DA SEXUALIDADE

Atualmente, os jovens estão iniciando a vida sexual mais cedo. A sexualidade tem sido discutida de forma mais “aberta”, nos discursos pessoais, nos meios de

comunicação, na literatura e artes. Entretanto, essa aparente “liberdade sexual” não torna as pessoas mais “livres”, pois ainda há bastante repressão e preconceito sobre o assunto. Além disso, as regras de como devemos nos comportar sexualmente prevalecem em todos os discursos, o que se torna uma questão velada de repressão.

O jovem do século XXI é visto como livre, bem informado, “antenado” com os acontecimentos, mas as pesquisas mostram que, quando o assunto é sexo, há muitas dúvidas e conflitos. Desde dúvidas específicas sobre questões biológicas, como as doenças sexualmente transmissíveis, até conflitos sobre os valores e as atitudes que devem tomar em determinadas situações.

Apesar de iniciarem a vida sexual mais cedo, os jovens não têm informações e orientações suficientes. A mídia, salvo exceções, contribui para a desinformação sobre sexo e a deturpação de valores. A superbanalização de assuntos relacionados à sexualidade e das relações afetivas gera dúvidas e atitudes precipitadas. Isso pode levar muitos jovens a se relacionarem de forma conflituosa com os outros e também com a própria sexualidade.

Enfim, hoje existe uma aparente liberdade sexual. Ao mesmo tempo em que as pessoas são, em comparação a anos anteriores, mais livres para fazer escolhas no campo afetivo e sexual, ainda há muita cobrança por parte da sociedade, e essa cobrança acaba sendo internalizada; assim, as pessoas acabam assumindo comportamentos e valores adotados pela maioria.

Disponível em: www.faac.unesp.br/pesquisa/nos/sexualidade, baseado nos estudos de Ana Cláudia Bertolozzi Maia. [Adaptado]

14. É possível afirmar, com base no texto, que:

- a) Liberdade sexual é a conquista da atual geração de jovens, que os levou a uma conscientização plena a respeito da atividade sexual.
- b) A mídia, de maneira geral, contribui para uma formação sólida no que tange à sexualidade.
- c) A liberdade sexual não passa de uma aparência, pois, ainda que os jovens iniciem a vida sexual mais cedo, são desprovidos de conhecimentos elementares sobre o tema.
- d) As dúvidas acerca do tema estão relacionadas, exclusivamente com as questões biológicas.

15. Observe a frase do texto (3º parágrafo):

“A mídia, salvo exceções, contribui para a desinformação sobre sexo e a deturpação de valores”.

Assinale a alternativa que a substitui sem alterar o seu sentido:

- a) A mídia, salvo exceções, contribui informando a respeito da sexualidade e da mudança dos valores.
- b) A mídia geralmente não contribui com informações sobre sexo e a deturpação de valores.
- c) A mídia nunca contribui para a informação acerca da sexualidade e da adulteração de valores.
- d) A mídia, sem exceção, contribui para a desinformação a respeito da sexualidade e deturpação de valores.

16. “A sexualidade tem sido discutida de forma mais “aberta”, nos discursos pessoais, nos meios de comunicação, na literatura e artes” (1º parágrafo).

Acerca do período acima, é possível afirmar que:

- a) A construção “tem sido discutida” é imprópria, pois não se pode, na norma-padrão da língua, utilizar na mesma expressão três verbos.
- b) A palavra “aberta” está entre aspas para indicar o sentido contrário de “fechada”.
- c) Há um erro de acentuação, pois o verbo “tem”, neste caso, deve ser acentuado.
- d) A expressão “tem sido discutida” é classificada como locução verbal, fenômeno recorrente no uso da língua portuguesa.

QUESTÕES 17 A 24 - MATEMÁTICA

17. Temos $a_5=18$ e $a_7 = 26$, qual é o valor da razão da Progressão Aritimética?

- a) 4
- b) 5
- c) 3
- d) 2

18. Dois agentes investem seus capitais a juros simples: o primeiro aplica com a taxa de juros de 15% a.a., durante 1 ano; o segundo aplica com taxa de 1% a.m., durante 1 ano e 6 meses. Os capitais renderam juros de R\$ 2.550,00. Sabemos que o segundo capital é o dobro do primeiro. Sendo assim, o valor do primeiro capital será:

- a) R\$ 3.000
- b) R\$ 10.000
- c) R\$ 5.000
- d) R\$ 7.000

19. O capital de R\$ 3.000,00 foi aplicado com taxa de juros compostos de 2 % a.m. Quanto tempo será necessário para ter um montante de R\$ 6.000,00? Use: $\ln 2 = 0,69$ e $\ln 1,02 = 0,02$.

- a) 69 meses
- b) 34,5 meses
- c) 12 meses
- d) 24 meses

20. Cláudio comprou um aparelho de som de última geração e vai pagar parcelado: a primeira parcela de R\$ 200,00; a segunda parcela R\$ 75,50 a mais que a primeira; e a terceira parcela é 25% da primeira. Qual foi o valor do aparelho de som?

- a) R\$ 325,50
- b) R\$ 675,50
- c) R\$ 275,50
- d) R\$ 525,50

21. Juliana vai à academia e o treino proposto tem um total de 6 exercícios para membros superiores e 4 exercícios para membros inferiores. Juliana pretende montar seu treino do dia com pelo menos 5 exercícios dos citados acima, sendo todos exercícios diferentes, mas ela quer que pelo menos 2 exercícios sejam para membros inferiores. Qual será o número máximo de exercícios diferentes que Juliana poderá fazer?

- a) 186 exercícios.
- b) 252 exercícios.
- c) 60 exercícios.
- d) 12 exercícios.

22. Pedro está vendendo sua motocicleta e no anúncio colocou que a mesma pode vir a ter problemas mecânicos ou elétricos. Se ela tiver problemas mecânicos, ela não para de funcionar, mas se tiver problema elétrico ela para imediatamente. A chance da sua motocicleta ter problemas mecânicos é de 0,25. Já a chance da motocicleta ter problema elétrico é 0,2 se não houver problema mecânico precedente, e de 0,3 se houver problema mecânico precedente. Qual é a probabilidade da motocicleta parar em um determinado dia?

- a) 0,200
- b) 0,225
- c) 0,300
- d) 0,250

23. 25,00 dam + 0,5 m é igual a:

- a) 25,50 Km
- b) 2550 Km
- c) 0,2505 Km
- d) 2,500 Km

24. Como pode ser classificada a fração $\frac{8}{8}$?

- a) Aparente.
- b) Própria e aparente.
- c) Própria.
- d) Imprópria e aparente.

QUESTÕES 25A40 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

25. Dentre as competências municipais estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Jacarezinho, assinale a alternativa que indica uma competência privativa do Município de Jacarezinho

- a) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- b) Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- c) Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
- d) Fiscalizar, nos locais de vendas, pesos, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios.

26. Maria tornou-se personalidade do Município de Jacarezinho após participar de um *reality Show*. Os vereadores desejam, então, prestar uma homenagem a tão célebre cidadã, atribuindo-lhe o nome de um logradouro público, o que pretendem fazer na ocasião da sua chegada à cidade, logo após encerrar o citado *reality show*. Segundo um dos vereadores, homenagem se faz em vida e, no caso de Maria, uma homenagem justa e sincera.

Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei Orgânica do Município de Jacarezinho.

- a) A Lei Orgânica do Município de Jacarezinho proíbe atribuir aos logradouros públicos nome de pessoa viva.
- b) A Lei Orgânica do Município de Jacarezinho não proíbe atribuir aos logradouros públicos nome de pessoa viva.
- c) A Lei Orgânica do Município de Jacarezinho permite que se coloque o nome de logradouros públicos de pessoas mortas há mais de 2 (dois) anos.
- d) A Lei Orgânica do Município de Jacarezinho permite a inscrição dos nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículos de propriedade ou a serviço da administração pública municipal.

27. Acerca do processo legislativo previsto na Lei Orgânica do Município de Jacarezinho, assinale a alternativa correta.

- a) A emenda à Lei Orgânica do Município de Jacarezinho pode ser proposta pelo Governador do Estado do Paraná.
- b) O prefeito municipal é um dos legitimados a propor emenda à Lei Orgânica do Município de Jacarezinho.

- c) A emenda à Lei Orgânica do Município de Jacarezinho pode ser proposta por 1/5 (um quinto), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- d) A emenda à Lei Orgânica Municipal deve ser votada em um turno e considerar-se-á aprovada se alcançar maioria absoluta de votos.
-

28. Sobre a proposta de Lei de Iniciativa Popular, prevista na Lei Orgânica do Município de Jacarezinho, assinale a alternativa correta.

- a) Será exercida sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por 1% (um por cento) do total do número de eleitores do Município.
- b) Será exercida sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total do número de habitantes do Município.
- c) Será exercida sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município.
- d) Será exercida sob a forma de decreto, subscrita, no máximo, por 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município.
-

29. Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa integralmente correta:

- a) A inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, não se aplica aos agentes públicos, sendo assegurado o direito à indenização pelo dano moral apenas e se decorrente de violação grave.
- b) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, em todos os casos, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal, civil ou administrativa ou instrução processual penal.
- c) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, mas exigida a licença prévia em casos de biografia escrita por terceiro.
- d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
-

30. Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Somente é possível a desapropriação de imóvel que não cumprir a sua função social. Para todas as propriedades que cumprirem a função social, a desapropriação é ilegal e inconstitucional.

- b) A Constituição prevê a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.

c) A Constituição prevê a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante indenização em dinheiro, nos valores determinados pelo Poder Público, mesmo que injustos.

d) A Constituição prevê a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante indenização, nunca em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.

31. Suponha que um Município “X”, em agosto de 2015, altere a legislação tributária para prever a majoração do prazo de recolhimento do ISS (Imposto Sobre Serviço). Nesse contexto, é correto afirmar, a respeito da correta aplicação do princípio constitucional da anterioridade, que:

- a) A alteração de prazo para recolhimento de tributo não se submete ao princípio da anterioridade, seja a anterioridade geral ou nonagesimal.
- b) A alteração de prazo submete-se apenas ao princípio da anterioridade nonagesimal, não se aplicando o princípio da anterioridade geral.
- c) A alteração do prazo submete-se apenas ao princípio da anterioridade geral, aplicando-se no exercício financeiro seguinte ao que foi publicada a lei.
- d) A alteração do prazo submete-se ao princípio da anterioridade geral e anterioridade nonagesimal, conjuntamente.
-

32. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; para garantir a autonomia desses entes, a Constituição Federal de 1988 e o Código Tributário Nacional previram regras de “competência tributária”. A respeito do tema, é correto afirmar que:

- a) A competência tributária é delegável, incluindo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, desde que conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
- b) A delegação de atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária não compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

c) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

d) Constitui delegação de competência o cometimento a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos, sendo a elas conferidas as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

33. A Constituição Federal de 1988, ao tratar das limitações ao poder de tributar, expressamente possibilita, em seu art. 150, §7º, que a lei atribua a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente. Suponha que o Estado do Paraná atribua a obrigação de recolhimento de determinado imposto à pessoa diversa do contribuinte, devendo o pagamento ocorrer antecipadamente à ocorrência do fato gerador. Nessa hipótese, é correto afirmar que:

a) Trata-se de hipótese de responsabilidade tributária por sucessão, sendo assegurada, por previsão expressa do texto constitucional, a imediata e preferencial restituição da quantia paga caso não se realize o fato gerador presumido ou sua ocorrência se dê em base de cálculo inferior à prevista.

b) Trata-se de hipótese de substituição tributária, não sendo devida a restituição da quantia paga caso não se realize o fato gerador presumido, por se tratar de hipótese de presunção constitucional *juris tantum*.

c) Trata-se de hipótese de responsabilidade tributária por sucessão, não sendo devida a restituição da quantia paga caso não se realize o fato gerador presumido, por se tratar de hipótese de presunção constitucional *juris et juris*.

d) Trata-se de hipótese de substituição tributária, sendo assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga caso não se realize o fato gerador presumido, não havendo previsão constitucional expressa que assegure o ressarcimento em relação à ocorrência do fato gerador com base de cálculo inferior à prevista.

34. O Prefeito Municipal realizou, por Decreto, a atualização monetária da base de cálculo do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), com base em índice inflacionário anual previamente previsto em lei. No mesmo ato legal, o Prefeito Municipal determinou que o reajuste da base de cálculo levasse em consideração a atualização monetária dos bens móveis mantidos em caráter permanente

no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração aformoseamento ou comodidade, os quais deverão integrar a base de cálculo do IPTU. O Decreto Municipal foi publicado em 25 de dezembro de 2015, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016.

Considerando a situação hipotética apresentada, segundo o que determina a Constituição Federal de 1988 e o Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar que a medida:

a) Não padece de vício, pois, o CTN dispõe que não constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo, bem como deve ser considerada, para fins de formação da base de cálculo do IPTU, os móveis mantidos em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização exploração aformoseamento ou comodidade.

b) Padece de vício, pois, apesar da atualização monetária em referência não padecer de vício de inconstitucionalidade, o CTN proíbe a inclusão, na determinação da base de cálculo, dos bens móveis mantidos em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização exploração aformoseamento ou comodidade.

c) Padece de vício, pois, a atualização do valor monetário da base de cálculo, ainda que com base em índice previamente descrito em lei, também deve obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal.

d) Padece de vício, pois, a atualização do valor monetário da base de cálculo, por implicar em majoração do tributo, apenas pode ser realizada por lei, devendo, ainda, obediência ao princípio da anterioridade geral e nonagesimal.

35. Regra geral, o procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa. Todavia, em alguns casos haverá obrigatoriedade de se realizar audiência pública previamente à publicação do edital. Assinale a hipótese em que, por determinação da Lei nº 8.666/93, o processo licitatório será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública:

a) Sempre que o valor estimado para uma licitação ou para conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o limite previsto no art. 23, inciso I, alínea “c” da Lei nº 8.666/91, ou seja, seja superior a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), devendo ser realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital.

b) Sempre que for realizada licitação ou conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas na modalidade concorrência, para compra ou alienação de bens imóveis, independentemente do valor, devendo ser realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital.

c) Sempre que for realizada licitação ou conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas na modalidade concorrência, independentemente do valor, devendo ser realizada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da data prevista para a publicação do edital.

d) Sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 10 (dez) vezes o limite previsto no art. 23, inciso I, alínea “c” da Lei nº 8.666/9, ou seja, seja superior a 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), devendo ser realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis da data prevista para a publicação do edital.

36. A responsabilidade civil consubstancia-se na obrigação de indenizar um dano patrimonial ou extrapatrimonial decorrente de um fato. Superado o Estado absolutista, já não vigora, no mundo contemporâneo, o primado “*l'eroi ne peut mal faire*” (o rei não lesa seus súditos), havendo previsão expressa, no ordenamento jurídico pátrio, de responsabilização da administração pública por danos causados aos particulares.

Com base nisso, considere a seguinte **situação hipotética**: “um veículo de propriedade de uma empresa pública prestadora de serviço público, conduzido por agente público no exercício de sua função, colidiu com veículo de um particular. O veículo de propriedade da empresa pública estava em velocidade acima da permitida para o tráfego na via e, por sua vez, o veículo do particular havia ultrapassado, indevidamente, o sinal vermelho.”

Nessa hipótese, é correto afirmar que:

a) Trata-se de hipótese de responsabilidade civil subjetiva, em que haverá obrigação de indenizar da empresa pública, por não ser considerável a existência de culpa concorrente do particular, em razão da aplicação da teoria do risco integral.

b) Trata-se de hipótese de responsabilidade civil objetiva, em que não haverá qualquer obrigação de indenizar da empresa pública, visto que, por existir culpa concorrente, os danos provocados serão anulados, em razão da compensação das responsabilidades.

c) Trata-se de hipótese de responsabilidade civil subjetiva, em que não haverá obrigação de indenizar da empresa pública, em razão da existência de excludente de responsabilidade por culpa exclusiva da vítima.

d) Trata-se de hipótese de responsabilidade civil objetiva, em que haverá responsabilidade de indenizar da empresa pública, ainda que atenuada pela culpa concorrente da vítima, hipótese em que a indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do particular.

37. A Constituição Federal de 1988 tratou o tema do direito administrativo com grande detalhamento, não se esquecendo de traçar diretrizes gerais a respeito dos servidores públicos, aplicados a todos os entes da federação. Julgue, à luz das disposições constitucionais, a Verdade (V) ou Falsidade (F) das assertivas abaixo:

I – A vedação de acumulação remunerada de cargos públicos, prevista no art. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988, não se estende a empregos e funções em sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

II – Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

III – Em qualquer caso que exija o afastamento do servidor público da administração direta, autárquica e fundacional para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

a) V, V, F.

b) F, F, V.

c) F, V, V.

d) V, F, F.

38. Estão de acordo com as disposições legais do Código Civil a respeito da prescrição, EXCETO:

a) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.

b) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

c) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.

d) A apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores é causa de interrupção da prescrição.

39. O Código de Processo Civil publicado em 16 de março de 2015 já é uma realidade e encontra-se plenamente em vigor. A respeito de suas disposições, assinale a alternativa correta:

a) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, sendo cabível em todas as fases do processo de conhecimento.

b) Dispensa-se a instauração do incidente se a descon sideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

c) Há impedimento do juiz que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo.

d) Quando for o caso, de comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, cujos prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

b) Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei, devendo-se considerar intempestivo e, portanto, ineficaz o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

c) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

d) Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data de postagem.

40. A entrada em vigor do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) trouxe inúmeras novidades quanto aos prazos para realização dos atos processuais. Estão de acordo com os ditames do novo *Codex*, EXCETO:

a) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

| | | | | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |